

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 521.974 - CE (2019/0208823-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : JOSE AMILTON SOARES CAVALCANTE
ADVOGADO : JOSÉ AMILTON SOARES CAVALCANTE - CE029099
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : PEDRO HONORATO DE OLIVEIRA FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido de liminar, impetrado em favor de **PEDRO HONORATO DE OLIVEIRA FILHO**, apontando-se como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará** (Revisão Criminal n. 0625540-32.2018.8.06.0000).

O paciente foi denunciado pela suposta prática delitiva prevista no art. 121, § 2º, II, do Código Penal, sendo ao final condenado à pena total de 13 (treze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

Irresignada, a defesa interpôs apelação, a qual não foi conhecida por deserção, uma vez que o paciente não se recolheu à prisão para apelar, seguindo-se o trânsito em julgado no ano de 2005 (fl. 178).

Com a ulterior revogação do art. 594 do Código de Processo Penal, pela Lei n. 11.719/2008, a d. Defesa ajuizou Revisão Criminal perante as instâncias ordinárias, no ano de 2018, com o objetivo de reformar a coisa julgada. O eg. Tribunal de origem **negou provimento** à referida ação, em 24/9/2018, conforme a seguinte ementa (fl. 96):

"PROCESSUAL PENAL. REVISÃO CRIMINAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. TRÂNSITO EM JULGADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUGA. APELAÇÃO DECLARADA DESERTA. ART. 595 DO CPP. NULIDADE SUSTENTADA. NÃO ACOLHIMENTO. NORMA PROCESSUAL. PRINCÍPIO "TEMPUS REGIT ACTUM". REVISÃO CRIMINAL IMPROVIDA.

1. Na sentença penal condenatória, de 19/11/2004, o magistrado negou ao réu o direito de recorrer em liberdade, decretando a prisão deste como garantia da ordem pública e

Superior Tribunal de Justiça

para assegurar a aplicação da lei penal (vide fls. 140/141).

2. Quando da decisão que declarou deserta a apelação, em 03/05/2005, diante da fuga do condenado da Cadeia Pública (ofício de fl. 167), estava em pleno vigor o art. 595 do CPP.

3. Ressalto, ainda, que a decisão do STF no HC 85961/SP, em que se entendeu, por controle difuso, que o art. 595 do CPP não foi recepcionado pela Constituição Federal, data de 05/03/2009; posteriormente à declaração de deserção da apelação do condenado.

4. A norma que versa acerca das condições recursais detém cunho processual, com aplicação imediata, sem retroagir, conforme art. 2º do CPP (princípio do tempus regit actum).

5. No caso em análise, o então réu não ofertou recurso nem impetrou habeas corpus em face da decisão do magistrado que inadmitiu a apelação, deixando transcorrer quase 14 (quatorze) anos, tempo em que ficou foragido, "tendo sido recolhido ao sistema prisional recentemente", como destacado na fl. 02 da petição desta revisional.

6. Assim, entendo inexistir decisão contrária a texto legal expresso ou até mesmo implícito, a fundamentar o ajuizamento de revisão criminal nos termos do art. 621, I do CPP.

7. No âmbito do STJ, situação semelhante foi analisada recentemente pelo relator Min. Antônio Saldanha Palheiro, no HC nº 287.359-SP, que, em decisão monocrática, entendeu inexistir ilegalidade a ser sanada, denegando a ordem.

8. Dessa forma, em que pese o parecer da d. Procuradoria Geral de Justiça, não há fundamento legal para anular a coisa julgada e retomar a fase recursal em ação penal.

9. Revisão Criminal conhecida e improvida."

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante alega a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na decisão do eg. Tribunal que negou provimento a revisão criminal sob o argumento de que não pode anular coisa julgada nem retomar a fase recursal em ação, quando declarou deserta a apelação.

Afirma que "o que se pretende levar apreciação desta Augusta Corte é, nos seguintes termos, Apelação julgada deserta em razão da fuga do réu. Aplicação do art. 595 do CPP. Dispositivo não recepcionado pela Constituição Federal em decisão do Pleno do STF. Artigo revogado pela Lei

Superior Tribunal de Justiça

nº 12.403/11, situação que aponta para manifesta passível de ser reparado por este Colendo Tribunal de Cidadania, ainda que de ofício" (fl. 11).

Sustenta que "a lei processual aplica-se regra diversa, tendo sido adotado por nosso ordenamento o princípio da aplicação imediata das normas processuais, sem efeito retroativo. É o que estampa o art. 2º do CPP: 'A lei processual penal aplicar-se-á desde, sem prejuízo dos atos realizados sob a vigência da lei anterior'. Não há efeitos retroativos na lei processual, somente na lei penal (material) quando mais benéfica. Ex: perdão, anistia, indulto, graça, livramento condicional etc, em atenção ao princípio da segurança jurídica" (fl. 13)

Aduz que "tendo em vista a revogação do artigo 595 do CPP, pela Lei nº. 12.403/11 é de considerar-se a sua retroatividade, para alcançarem-se fatos pretéritos à norma revogadora, como o posto nos autos, a fim de declarar-se a nulidade da decisão proferida em sede de juízo de admissibilidade recursal, que entendeu por bem, em julgar a apelação interposta deserta, em decorrência da fuga empreendida pelo apelante, determinando-se a certidão do trânsito em julgado" (fl. 13).

Requer, inclusive liminarmente, seja concedida a ordem e cassado o v. acórdão para que se considerem nulos os atos processuais a partir da decisão singular, sem admissibilidade recursal.

O pedido liminar foi **indeferido** pela Presidência às fls. 162-163.

Informações às fls. 166-171 e 174-179.

O Ministério Público Federal, em r. parecer, manifestou-se pelo **não conhecimento do writ**, às fls. 184-188, conforme a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. FUGA DO RÉU. JULGAMENTO DA APELAÇÃO CRIMINAL DESERTA. NULIDADE. INCOMPETÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. NÃO CONHECIMENTO.

- 1ª Preliminar: não conhecimento de habeas corpus originário, substitutivo de recurso ordinário/especial.

- 2ª Preliminar: conhecimento de ofício; ausência

Superior Tribunal de Justiça

de competência. Precedentes: STJ (HC 245.731/MS; HC nº 248.757/SP).

- Em 3ª Preliminar: não conhecimento das questões suscitadas ou, mesmo de ofício, da ordem, sob pena de contrariar o art. 105, inciso III, “a”, “b” e “c” da CF.

- Parecer pelo não conhecimento da ordem.”

É o relatório.

Decido.

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento do **writ**, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Para delimitar a **quaestio**, trecho do v. acórdão vergastado (fls. 99-102 - grifei):

"[...]Na sentença penal condenatória, de 19/11/2004, o magistrado negou ao réu o direito de recorrer em liberdade, decretando a prisão deste como garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal (vide fls. 140/141).

Quando da decisão que declarou deserta a apelação, em 03/05/2005, diante da fuga do condenado da Cadeia Pública (ofício de fl. 167), estava em pleno vigor o art. 595 do CPP.

Como bem ressaltou a Procuradoria Geral de Justiça, antes da

Superior Tribunal de Justiça

revogação do dispositivo legal em análise, não se podia afirmar que a interpretação acerca da recepção deste era unânime entre os Tribunais.

Ressalto, ainda, que a decisão do STF no HC 85961/SP, em que se entendeu, por controle difuso, que o art. 595 do CPP não foi recepcionado pela Constituição Federal, data de 05/03/2009; posteriormente à declaração de deserção da apelação do condenado.

A norma que versa acerca das condições recursais detém cunho processual, com aplicação imediata, sem retroagir, conforme art. 2º do CPP (princípio do tempus regit actum).

No caso em análise, o então réu não ofertou recurso nem impetrou habeas corpus em face da decisão do magistrado que inadmitiu a apelação, deixando transcorrer quase 14 (quatorze) anos, tempo em que ficou foragido, "tendo sido recolhido ao sistema prisional recentemente", como destacado na fl. 02 da petição desta revisional.

Assim, entendo inexistir decisão contrária a texto legal expresso ou até mesmo implícito, a fundamentar o ajuizamento de revisão criminal nos termos do art. 621, I do CPP.

No âmbito do STJ, situação semelhante foi analisada recentemente pelo relator Min. Antônio Saldanha Palheiro, no HC nº 287.359-SP, que, em decisão monocrática, entendeu inexistir ilegalidade a ser sanada, denegando a ordem.

[...]

Dessa forma, em que pese o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, não há fundamento legal para anular a coisa julgada e retomar a fase recursal em ação penal.

Ex positis, voto pelo conhecimento do pleito revisional para negar-lhe provimento.[...]"

Inicialmente, verifico que não assiste razão ao impetrante.

A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é firme no sentido de que é ilegal e inconstitucional a exigência de recolhimento ao cárcere do réu condenado para poder interpor apelação, consoante se depreende dos precedentes abaixo colacionados:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. 1. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO JULGADO. PRESENTE WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. VIA INADEQUADA. 2. ÉDITO CONDENATÓRIO. FUGA DO ACUSADO. APELAÇÃO DEFENSIVA INTERPOSTA. NÃO RECEBIMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. OCORRÊNCIA. SÚMULA N.º 347 DO STJ. FLAGRANTE ILEGALIDADE. EXISTÊNCIA. 3. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

2. Em atenção aos cânones que imantam o Estado Democrático de Direito, marcado pela consagração do *due process of law*, a exigência de recolhimento à prisão para que se conheça da apelação defensiva corporifica constrangimento ilegal, remediável por meio do *habeas corpus*. Súmula n.º 347 desta Corte.

3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de cassar o trânsito em julgado da ação penal e determinar que seja processado e julgado o recurso de apelação interposto pela defesa, desde que tempestivo, independentemente do recolhimento do acusado à prisão" (HC n. 320.034/MG, **Sexta Turma, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 21/05/2015).**

"CRIMINAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. RÉU FORAGIDO. DESERÇÃO. INOCORRÊNCIA. ART. 595 DO CPP JULGADO INCONSTITUCIONAL. REVISÃO DA JURISPRUDÊNCIA. SÚMULA N. 347/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA.

O Supremo Tribunal Federal entendeu que o art. 595 do Código de Processo Penal é inconstitucional, o que ensejou a revisão da jurisprudência da Quinta Turma desta Corte.

O conhecimento e julgamento do mérito do recurso de apelação independem do recolhimento do réu à prisão, não havendo que se falar em deserção, sob pena de ofensa ao Princípio do duplo grau de jurisdição. Incidência da Súmula n. 347/STJ. Precedentes.

Deve ser anulado o acórdão impugnado, a fim de que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte conheça e analise o mérito do recurso de apelação interposto pela defesa.

Ordem concedida, nos termos do voto do Relator" (HC n. 175.209/RN, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Gilson Dipp**, DJe de 6/12/2010).

Do mesmo modo, quanto ao tema do já superado art. 594 do CPP, **não mais em vigência**, porquanto editada a Lei n. 11.719/2008, acrescentou-se ao art. 387, do Código de Processo Penal, o parágrafo primeiro, que afirma o seguinte:

Superior Tribunal de Justiça

Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória:
[...]

Parágrafo § 1º. O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta.

O entendimento outrora esposado por esta Corte Superior restou definitivamente superado com a edição do **Enunciado Sumular n. 347/STJ** ("*O conhecimento de recurso de apelação do réu independe de sua prisão*").

Contudo, a pretensão manifestada nesta impetração não re-soa possível.

É cediço que normas de cunho processual regem-se pelo princípio do **tempus regit actum**, não retroagindo para alterar o curso dado ao processo penal à época em que estava em tramitação. Com efeito, "*As normas de direito processual têm aplicação imediata e não possuem efeito retroativo. Incidência do princípio **tempus regit actum***" (HC n. 203.360/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Campos Marques** - Desembargador convocado do TJ/PR, DJe de 9/4/2013).

Nesse aspecto, no momento da interposição do recurso de apelação, em março de 2005, vigente ainda o art. 594 do Código de Processo Penal e válido verbete sumular n. 9/STJ ("*A exigência da prisão provisória, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência*"), **de modo que, não tendo o paciente se recolhido à prisão, era juridicamente sustentável a decisão que não conheceu da insurgência.**

Nesse sentido, precedentes da época:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE QUADRILHA OU BANDO, CONTRABANDO E FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS. REGIME PRISIONAL MAIS GRAVOSO (FECHADO). LEGALIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 59 E 33, § 2º, DO CP. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGATIVA DE APELAR EM LIBERDADE. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA A

Superior Tribunal de Justiça

INSTRUÇÃO CRIMINAL. EFEITO DA CONDENAÇÃO.

1. A instância ordinária, examinando as circunstâncias judiciais do caso concreto, embora tenha reconhecido a primariedade e os bons antecedentes do ora Paciente, considerou desfavoráveis a culpabilidade, a personalidade, os motivos do crime, as circunstâncias e conseqüências do delito, razão pela qual, fundamentadamente, fixou a pena-base no dobro do mínimo legal. E, valendo-se da interpretação conjunta dos arts. 59 e 33, § 2º, ambos do Código Penal, sem qualquer ilegalidade, impôs regime prisional mais gravoso. Precedentes do STJ.

2. **O recolhimento do réu, preso cautelarmente durante toda a fase instrutória, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção da inocência, porquanto a sua manutenção no cárcere nada mais é do que efeito da sentença penal que o condenou. Aplicação, na espécie, do enunciado da Súmula n.º 09, desta Corte Superior.**

3. **Ordem denegada**" (HC n. 40.031/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Laurita Vaz**, DJ de 1º/2/2006).

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. LEI Nº 9.271/96. ARTIGO 366 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. IRRETROATIVIDADE. APELAÇÃO. CONDICIONAMENTO AO PRÉVIO RECOLHIMENTO DO RÉU À PRISÃO. RÉU FORAGIDO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Em se cuidando de norma jurídica complexa dirigida a assegurar a efetividade do direito penal e a proteção do direito constitucional à ampla defesa, não há falar na incidência parcial retroativa do artigo 366 do Código de Processo Penal, evidenciando, como evidencia, a sua objetividade dupla a complementaridade que vincula, indissociavelmente, a regra penal instrumental de suspensão do processo à regra penal material de suspensão da prescrição, nela contidas.

2. **"A exigência da prisão provisória, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência."** (Súmula do STJ, **Enunciado nº 9**).

3. Não consubstancia constrangimento ilegal o fato de o magistrado condicionar o recebimento do apelo ao prévio recolhimento à prisão do réu foragido.

4. **Recurso improvido**" (RHC n. 11.106/RO, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Hamilton Carvalhido**, DJ de 18/2/2002).

Superior Tribunal de Justiça

Nesse diapasão, colaciono trecho do r. voto-vencido proferido pelo em. Ministro **Rogério Schietti Cruz** quando do julgamento, pela **Sexta Turma**, do **RHC n. 44.665/RJ**:

"[...] Sem embargo, quando uma Corte de Precedentes dá nova interpretação a um mesmo texto de lei – criando a norma a aplicar-se ao novo caso julgado – não afirma, necessariamente, que interpretações e decisões anteriores, em sentido contrário, tenham violado a lei ou o sentido do direito federal, “sendo legítimas quaisquer interpretações racionalmente justificadas do texto legal” (MARINONI, op. cit., p. 257).

A propósito, já na primeira metade do século XX, Hans Kelsen, em sua mais festejada obra, repudiava a ideia de que a lei comporta apenas uma única e correta interpretação. Dizia:

'A interpretação de uma lei não deve necessariamente conduzir a uma única solução como sendo a única correcta, mas possivelmente a várias soluções que – na medida em que apenas sejam aferidas pela lei a aplicar – têm igual valor... A teoria usual da interpretação quer fazer crer que a lei, aplicada ao caso concreto, poderia fornecer, em todas as hipóteses, apenas uma única solução correcta (ajustada) e que a 'justeza' (correção) jurídico-positiva desta decisão é fundada na própria lei' (KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 4. ed. Trad. João Baptista Machado. Coimbra: Armênio Amado, 1979, p. 467).

Daí por que, numa perspectiva que pressupõe a potencial equivocidade dos enunciados legais, aceitam-se como legítimas e amparadas pelo direito as interpretações jurisdicionais consolidadas no momento anterior à formação do precedente.

'É que em um quadro teórico que rejeita univocidade normativa do texto e uma função puramente declaratório-descritiva da jurisdição, não é possível pressupor que a norma sempre existiu e que a consolidação da interpretação judicial vendedora na Corte Suprema deve ser imposta a todos os casos indistintamente. Tal solução nega o caráter polissêmico da linguagem jurídica e nega força à coisa julgada, fazendo a sua proteção depender sempre de um evento futuro e incerto: a confirmação do seu conteúdo por um precedente da Corte Suprema' (MITIDIERO, Daniel. Cortes superiores e cortes supremas. Do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 77)

Forçoso, assim, inferir que é equivocado admitir possa uma decisão ser rescindida pelo simples fato de divergir da 'interpretação correta' dada em momento posterior e sob novo contexto. Logo, “decisões que interpretam lei federal de modo desconforme com posterior precedente do STJ são legítimas e portanto não podem ser objeto de ação rescisória” (MARINONI, op. cit., p. 259) [...].

Superior Tribunal de Justiça

E prossegue **Sua Excelência**:

"[...] Com isso não pretendo dizer que a coisa julgada, no âmbito penal, consolida e imuniza situações de notória ilegalidade contra correções judiciais futuras. Basta ver quão comum é o uso de ações de revisão criminal e de habeas corpus para desconstituir condenações transitadas em julgado quando se constata haver o ato judicial hostilizado se colocado em manifesta afronta à lei ou à Constituição então vigentes. Entretanto, insisto que, no caso presente, não havia nenhum sinal, quando se aplicou o art. 595 do CPP, de sua desconformidade constitucional, e muitos anos ainda seriam necessários para que ocorressem quer a revogação do dispositivo legal, quer a declaração de sua não recepção pela Carta de 1988 e, entretantes, o câmbio jurisprudencial verificado nos tribunais superiores.

Não há como, portanto, desconstituir decisão judicial que, em seu tempo, deu ao dispositivo legal a única interpretação que reinava mansamente na jurisprudência nacional. Bem a propósito recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que, em sua composição plena, repudiou ação rescisória que pretendia rever decisão antiga que se apoiara em entendimento que, com o tempo, mostrou-se equivocado pelo próprio STF (RE n. 590.809, Relator Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 22/10/2014, DJe-230, de 21/11/2014, p. em 24/11/2014) [...]"

Portanto, não se está a ignorar o entendimento do Supremo Tribunal Federal que se manifestou, em controle difuso, por meio do Plenário, pela não recepção dos arts. 594 e 595 do Código de Processo Penal (**HC n. 85.961/SP**, Rel. Min **Marco Aurélio**, j. 5/3/2009; **HC n. 85.369/SP**, Rel. Min. **Cármen Lúcia**, j. 26/3/2009). Contudo, igualmente firme o entendimento do Excelso Pretório, no sentido de que, passado longo tempo para se apontar a eventual nulidade, preclusa ela se revelará, em homenagem ao princípio da segurança jurídica, valendo citar:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. NULIDADE PROCESSUAL. ART. 594 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: NÃO RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRECLUSÃO DA NULIDADE PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (AgRg no RHC n. 116.041/RJ, **Segunda Turma**, Rel. Min. **Carmen Lúcia**, DJe de 20/2/2014).

In casu, a apontada nulidade restou questionada pela defesa

Superior Tribunal de Justiça

quase 13 (treze) anos após ocorrida e, aproximadamente, 7 (sete) anos após a revogação do art. 594 do Código de Processo Penal, mostrando-se, portanto, preclusa.

Outrossim, a ação de revisão criminal, prevista nos artigos 621 e seguintes do Código de Processo Penal, admite nova análise da decisão condenatória:

"I - quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos;

II - quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;

III - quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena."

No caso em questão, a demanda principal que culminou com a condenação do ora paciente pela prática delitiva prevista no art. 121, § 2º, II, do Código Penal, à pena total de 13 (treze) anos de reclusão em regime inicialmente fechado, restou transitada em julgado em 2005, porquanto o recurso de apelação interposto foi julgado deserto, em razão da fuga do réu, o que era autorizado pelos arts. 594 e 595 do Código de Processo Penal, que já se encontram revogados, respectivamente, pelas Leis n. 11.719/2008 e n. 12.403/2011.

Dessarte, analisando as suas razões, verifica-se que não se enquadram em nenhuma das hipóteses legais previstas no art. 621 do Código de Processo Penal, em virtude da r. decisão que declarou deserta a apelação estar em consonância com a legislação vigente à época, conforme o princípio do **tempus regit actum** e o art. 2º do Código de Processo Penal.

A revisão criminal não pode ser utilizada para que a parte, a qualquer tempo, busque novamente rediscutir questões de mérito, por mera irresignação quanto ao provimento jurisdicional obtido. O que se almeja com a nova revisão proposta é a indevida reapreciação do entendimento firmado no julgado.

Ou seja, a revisão criminal não se presta a modificar o

Superior Tribunal de Justiça

convencimento que embasou o juízo de condenação, sem a existência de elementos mínimos a demonstrar a ocorrência de qualquer das hipóteses do art. 621 do Código de Processo Penal.

Nesse sentido:

'AGRAVO REGIMENTAL. REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS PREVISTOS NO ART. 621 DO CPPB. OFENSA AO ARTIGO 59 DO CP. INOCORRÊNCIA. DOSIMETRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DAS QUESTÕES MERITÓRIAS POR MERO INCONFORMISMO DA DEFESA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - De acordo com o art. 105, I, alínea "e", da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente, "as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados"

II - In casu, a revisão criminal não foi conhecida porquanto inviável a análise de pleito revisional que não encontra amparo nas hipóteses taxativamente previstas no artigo 621, do Código de Processo Penal Brasileiro.

III - É assente no âmbito deste Tribunal Superior de Justiça o entendimento de que o mero inconformismo da defesa com o provimento jurisdicional obtido, cuja pretensão, em verdade, visa rediscutir questões de mérito, não constitui vício a ser sanado através da via processual da revisão criminal. Agravo regimental desprovido.' (AgRg na RvCr 3.930/ES, Terceira Seção, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe 29/08/2017, grifei)

'PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. 1. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DO RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. 2. REVISÃO CRIMINAL JULGADA IMPROCEDENTE NA ORIGEM. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DO ART. 621 DO CPP. PLEITO DE REANÁLISE DE MÉRITO E PRELIMINARES. TEMAS JÁ REFUTADOS EM OBSERVÂNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. 3. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 4. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal e as Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos

Superior Tribunal de Justiça

casos de flagrante ilegalidade.

2. Os temas trazidos no presente mandamus já foram formulados perante o Tribunal de origem, por meio de revisão criminal, a qual foi julgada improcedente, uma vez que não se inseria dentre as hipóteses taxativas do art. 621 do Código de Processo Penal. No presente mandamus, pretende, mais uma vez, rediscutir temas já acobertados pela coisa julgada, após o devido processo legal, sem que tenha se desincumbido de demonstrar eventuais hipóteses de cabimento da revisão criminal ou situação de constrangimento ilegal passível de ser sanada por meio de habeas corpus.

3. **"O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento no sentido do não cabimento da revisão criminal quando utilizada como nova apelação, com vistas ao mero reexame de fatos e provas, não se verificando hipótese de contrariedade ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos, consoante previsão do art. 621, I, do CPP. Precedentes".** (HC 206.847/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 16/02/2016, DJe 25/02/2016). 4. **Habeas corpus não conhecido.'** (HC 357.094/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 10/08/2016, grifei)

Assim, o v. acórdão vergastado está em conformidade com a interpretação firmada por esta eg. Corte Superior sobre os temas em debate, não configurando, portanto, constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator